

## A INCLUSÃO DO ALUNO COM SURDOCEGUEIRA NA REDE REGULAR DE ENSINO: um estudo de caso

Jamile da Silva Santos<sup>1</sup>  
Sandra Regina Rosa Farias<sup>2</sup>

### **Resumo:**

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o processo de inclusão dos alunos com surdocegueira na escola comum, trazendo os posicionamentos dos docentes, gestores e familiares acerca do processo de inclusivo. Traçando um diálogo entre as situações enfrentadas pelos alunos surdocegos dentro do ambiente educativo com o que asseguram os documentos legais. Essa pesquisa embasou-se nos estudos de: Cader-Nascimento (2010), Diniz (2012), Maia (2005; 2010) Reys (2010) Dorado (2010) entre outros, que veem corroborar na construção desse estudo. Esse trabalho tem uma abordagem qualitativa, tendo como método o estudo de caso, no qual a fonte de coleta de dados foi o espaço educativo de cunho formal. Por meio das triangulações dos dados constatamos que os dois alunos surdocegos, vivenciam o que os estudiosos denominam de inclusão/exclusão, pois estão dentro do espaço educacional, porém não têm acesso às condições necessárias para que seu desenvolvimento pleno aconteça.

**Palavras – chave:** Surdocegueira- Inclusão- Ensino.

### **Introdução**

De acordo com as narrativas históricas, durante muitos anos foram negadas as pessoas com deficiência, seu direito de participação ativa na sociedade, furtando inclusive seu acesso ao sistema educacional. Somente nas décadas de sessenta e setenta que configura-se uma mudança em relação ao processo educativo das crianças com deficiência.

Atualmente temos documentos legais que amparam juridicamente as pessoas com deficiência, garantindo no aspecto teórico o seu acesso ao sistema educacional regular ou especializado, como assegura tanto a lei nº 9346/96 – Diretrizes de Bases da Educação Nacional como a Constituição Federal 1988. Portanto, a princípio, as escolas não poderiam negar-se a receber essa clientela, entretanto, não é isso que vivenciamos, muitas apresentam essa atitude de recusa, em relação a esses educandos.

As instituições escolares ainda estão imbuídas da retórica, que não estão preparadas para a entrada de educandos com deficiência, justificando esse posicionamento pela falta de formação adequada dos professores, além de problemas estruturais. Porém, o que de fato, evidenciamos é que a maior barreira é a atitudinal, pois uma grande parcela da nossa população, inclusive alguns docentes e gestores, ainda hoje veem a pessoa com deficiência como um ser anormal e não como a expressão da diversidade da natureza e condição humana.

---

<sup>1</sup> Concluinte do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia- UNEB Campus I. Especialização em andamento Educação Especial e Inclusiva. E-mail: jamiledass@gmail.com. Acadêmica.

<sup>2</sup> Doutora em Educação –UFBA. Curso de Pedagogia e NEDE- UNEB. srrosa@uneb.br.Orientadora.

Diante desse contexto social, essa pesquisa é construída a partir da percepção de como é então, a perspectiva de inclusão, quando se trata de uma pessoa com surdocegueira, entendendo ser está uma deficiência á qual tem peculiaridade, a princípio, de duas deficiências com particularidades específicas, que se juntam em uma única pessoa. Nesse sentido trazemos a seguinte problemática: como é realizada a inclusão do estudante com surdocegueira na rede regular de ensino?

Portanto, esse estudo tem como objetivo geral compreender como ocorre a inclusão do estudante surdocego na rede regular de ensino. E como objetivos específicos analisar o posicionamento do docente em relação ao processo de inclusão e entender como a instituição posiciona-se em relação ao processo inclusivo.

É importante pontuar a relevância dessa pesquisa para nossa sociedade, já que, temos poucas pesquisas realizadas e estudos publicados no Brasil, direcionados para a deficiência surdocegueira. Essa falta de estudos resulta em desconhecimento acerca da existência e de como lidar com essa deficiência.

Esta pesquisa é construída a partir da abordagem qualitativa tendo como método utilizado o estudo de caso, a técnica foi a entrevista semiestruturada. Duas escolas da rede pública que ofertam distintas modalidades, em municípios distintos foram utilizadas como espaço para realização da coleta de dados, tendo como sujeitos da pesquisa os docentes, os gestores, os estudantes e as famílias.

### **Surdocegueira**

A terminologia da surdocegueira sofreu distintas modificações ao longo dos anos, atualmente utilizamos a nomenclatura sem hífen. A partir, dessa escrita a surdocegueira é compreendida como uma deficiência única e não como um produto de comprometimentos visuais e auditivos. Segundo o Grupo Brasil (2003), podemos conceituar a deficiência surdocegueira como:

Surdocegueira é uma deficiência singular que apresenta perdas auditivas e visuais concomitantemente em diferentes graus. Levando a pessoa com surdocegueira a desenvolver diferentes formas de comunicação para entender, interagir com as pessoas e ao meio ambiente, ter acesso ás informações, ter uma vida social com qualidade, orientação, mobilidade, educação e trabalho. (GRUPO BRASIL, 2003 apud MAIA, 2010, p.5).

As causas da deficiência surdocegueira são diversas temos casos desde as mutações genéticas até infecções devido ao vírus como o da rubéola congênita, além de situações que suas causas ainda não foram esclarecidas até o momento. De acordo com as causas podemos

classificar as pessoas surdocegas como sendo pré-linguística ou pós-linguística. Para Maia (2010):

Surdocegueira pré-linguística é a criança que nasce surdocega e ou adquire a surdocegueira na mais tenra idade, antes da aquisição de uma língua (português ou LIBRAS). Surdocegueira pós-linguística é a criança jovem ou adulto, que adquire a surdocegueira após a aquisição de uma língua (português ou LIBRAS). (MAIA, 2010, p. 22-23).

As formas de comunicação encontradas pelas pessoas surdocegas variam de acordo com seu nível de comprometimento. Há surdocegos que apresentam o nível de aprendizado denominado de vertical, ou seja, podem aprender diversos sistemas de comunicação, tanto sistemas alfabéticos, não - alfabéticos ou sistemas que utilizam as tecnologias assistidas. Porém, existem surdocegos que suas habilidades, potencialidades acontecem de forma horizontal, ou seja, aprendem se aperfeiçoam, dentro de um único sistema de comunicação.

#### **A inclusão do aluno surdocego na escola comum**

A proposta de inclusão educacional traz novas concepções acerca do processo de escolarização de alunos com deficiência, dentro desse conjunto encontram-se os alunos surdocegos. Assim, nas instituições escolares devem buscar promover as devidas adequações para oferecer uma educação de qualidade a todos os alunos, respeitando suas singularidades. Como afirma Sasaki (1998),

[...] esse paradigma é o da inclusão social – as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. é o sistema educacional adaptado-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas). (SASSAKI, 1998, p.8).

Nesse entendimento para que a proposta de inclusão educacional venha realmente se concretizar em toda a sociedade contemporânea, tanto o docente como a própria instituição escolar tem que transformar suas práticas e suas concepções em relação ao ser deficiente. O professor deve buscar formação adequada e as escolas devem modificar-se nos aspectos estruturais físicos, projeto político pedagógico, currículo proposto. Discorrendo um pouco sobre alguns desses aspectos: o projeto político pedagógico é um dos instrumentos principais para uma escola que denomina-se como inclusiva, pois, o mesmo deve ser organizado de maneira que valorize a construção de sujeitos que compreendem que vivem numa sociedade plural. Outro aspecto importante para a concretização de uma escola inclusiva é o currículo elaborado, visto que o mesmo deve ser flexível respeitando as particularidades do alunado.

Nesta perspectiva a instituição educacional na qual tenha em seu agrupamento educandos deficientes e não deficientes devem elaborar um currículo que atenda suas especificidades, no caso específico dos educandos surdocegos, as instituições devem pensar em construir o instrumento embasado na abordagem transdisciplinar, pois favorece a realização de trocas de informações entre os profissionais envolvidos no desenvolvimento do estudante e sua família. Como afirma Cader-Nascimento (2006):

O objetivo do trabalho transdisciplinar é conseguir que a intervenção direta com a criança integre informações vindas de todos os envolvidos no processo (família, professores, técnicos e especialistas) e responsáveis pelo desenvolvimento do programa. Por exemplo, ao ensinar a criança surdocega a alimentar-se sozinha, é necessário a presença de profissionais de distintas áreas do conhecimento. Cada profissional contribuirá com informações importantes para maximização da aprendizagem [...]. (Cader-Nascimento, 2006, p.46).

A partir dessa abordagem é construído o que denominamos de currículo funcional, o qual é elaborado com as atividades da vida diária do educando (alimentação, higiene, orientação, mobilidade), proporcionando desta forma o desenvolvimento de sua autonomia. Para AHISMA (2006):

Os objetivos do currículo escolar funcional para alunos com deficiências múltiplas são: identificar e desenvolver habilidades visando aumentar a possibilidade da pessoa em poder participar na vida regularmente como por ex: trabalho, atividades recreativas e no lar. (AHISMA, 2006, p.1).

Nesse entendimento o currículo será construído de forma que atenda as necessidades diárias dos educandos, porém resguardando o direito deles de terem acesso aos conteúdos curriculares. Como ratifica Lima (2008, p, 20), “um currículo para formação humana é aquele orientado para inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento. Está, assim, a serviço da diversidade.” Sendo assim a ferramenta currículo quando construída em prol dos educandos torna-se mais um instrumento que prioriza o seu desenvolvimento e não um instrumento que dificulta o desenvolvimento de suas potencialidades.

Corroborando com a construção de uma escola inclusiva, deve-se dispor de profissionais qualificados para a realização do processo de ensino-aprendizagem com os educandos deficientes, especificamente nesse caso os surdocegos. Desta maneira, as instituições que tenham em seu público-alvo estudante surdocegos devem solicitar junto as Secretárias de Educação dos seus Estados, profissionais que tenham qualificação adequada, pois, se a unidade educacional não tem o intérprete, um profissional com formação adequada, como será o processo de ensino- aprendizado desse estudante

O intérprete desempenha um papel importante no processo de interação social da pessoa surdocega. Vale salientar que dependendo da classificação da surdocegueira o estudante pode precisar do intérprete ou do guia-intérprete. A função do intérprete é mediar a comunicação entre os sujeitos. Como explicita SEESP (2014, p.7), “intérprete de língua de sinais-Pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais.”. O guia- intérprete tem a função de realizar as trocas de informações com a pessoa surdocega. Conforme Dorado (2004):

O intérprete transmite a pessoa surdocega as informações que não são vistas e nem ouvidas por elas, proporcionando informações que são necessárias para realizar avaliações e tomar decisões de maneira independente, além de possibilitar a comunicação com outras pessoas que não conheçam os métodos de comunicação utilizados. (DOURADO, 2004, p. 426 tradução nossa).

Diante das assertivas fica evidente o quanto é importante a função do intérprete e/ ou guia-intérprete no desenvolvimento da pessoa surdocega, nesse contexto é importante ratificar que no campo educacional sua presença é fundamental, pois possibilita o acesso as diversas atividades e atuações que acontecem no ambiente escolar para o processo de aprendizado desses sujeitos.

### **Participantes da pesquisa**

Diante da metodologia, os sujeitos são apresentados para uma maior compreensão dos mesmos e da análise realizada nessa pesquisa.

A princípio, os participantes dessa pesquisa seriam os alunos, os docentes e a direção da escola, porém durante o percurso da pesquisa, percebemos a necessidade de conversar/ entrevistar outros sujeitos para dessa forma chegarmos ao objetivo proposto nesse trabalho. A ouvitiva desses sujeitos foi importante pelos seguintes aspectos: os alunos utilizam sistemas de comunicação no qual a pesquisadora não tem habilidade para estabelecer uma comunicação direta com eles, sendo necessária a participação do membro familiar e do intérprete; a participação do membro familiar mãe é justificada também pelo seguinte aspecto, participou ativamente do processo de inclusão do aluno no espaço da educação formal.

### **Aluno do município de Alagoinhas**

O educando André<sup>3</sup> tem 16 anos e foi diagnosticado como surdocego múltiplo pré-linguístico, pois além da deficiência surdocegueira, ele nasceu com deficiência física e intelectual. A causa da surdocegueira foi devido ao vírus da rubéola congênita. Pois, sua mãe

---

<sup>3</sup> Nome fictício

durante sua gestação foi infectada. A mãe de André desconhecia a existência da vacina e nem sabia o que o vírus numa gestante poderia causar.

É importante destacar que de acordo com o Grupo Brasil 2003, o número de crianças que são surdocegas devido à rubéola congênita chega a 60% nas localidades do Estado da Bahia. (GRUPO BRASIL, 2003 apud MAIA, 2005).

André iniciou sua vida escolar em uma instituição educacional especializada, que a priori, ele iria somente realizar sessões de fisioterapia para começar a andar, isso ocorreu por volta dos seus dois e três anos. Logo depois foi convidado a compor o grupo de alunos da escola, porém depois de um determinado tempo a instituição pediu que a mãe que retirasse seu filho da escola, pois a mesma não tinha condições de atendê-lo. Diante dessa situação, André com quatro anos saiu da escola e ficou em casa aos cuidados de sua família. André retornou ao espaço escolar aos cinco anos e continua nessa escola atualmente.

#### **Aluno do município de Salvador**

Eduardo<sup>4</sup> tem 21 anos, enquadra-se na classificação de surdocego pós-linguístico, utiliza o sistema de comunicação a LIBRAS. Ele foi diagnosticado como a Síndrome de Usher retinose pigmentar, ou seja, Eduardo nasceu surdo e no decorrer de sua vida vai tornar-se cego, devido à pigmentação da retina.

Na família de Eduardo não é o primeiro caso da deficiência surdocegueira, pois três de suas quatro irmãs tem a mesma deficiência. Eduardo iniciou seus estudos no colégio que atualmente cursa a 3ª série do Ensino Médio, quando estava no sexto ano do ensino fundamental II. Quando adentrou na escola, o espaço escolar ainda não possuía o intérprete, dessa maneira o educando tornou-se o que o corpo docente e a gestão denominam de aluno copista, já que o mesmo copiava as atividades colocadas no quadro pelos professores, porém não tinha a compreensão do que de fato estava sendo trabalhado, assim não conseguia realizar a correspondência signo e significado.

#### **Apresentação e discussão dos resultados**

Nesse momento apresentamos as categorias criadas após análise, comparação e triangulação dos discursos entre os participantes, dessa maneira estão sendo explicitados os aspectos que foram mais evidenciados pelos sujeitos da pesquisa e sua relevância.

#### **Em relação ao sistema de comunicação**

Como discurremos anteriormente existem distintas formas de comunicação que podem esta sendo utilizadas pelas pessoas surdocegas, essa escolha vai ocorrer de acordo com as especificidades de cada sujeito.

---

<sup>4</sup> Nome fictício

O educando André comunica-se através do sistema tátil, gestos corporais, além dos objetos de referência, tanto na comunicação receptiva quanto expressiva. Percebemos a utilização dos objetos de referência pelo aluno na sala de aula, quando André esta com fome ou sede dirige-se a prateleira e pega o copo ou o prato e tenta entregá-lo a sua professora.

Já o aluno Eduardo utilizava antes da entrada da intérprete na escola, gestos, mímicas para estabelecer uma comunicação com seus familiares, amigos e com a escola, ou seja, com os professores, funcionários, a equipe gestora e os demais educandos. Porém, com a chegada da intérprete Eduardo iniciou o processo de aprendizagem do sistema não alfabético a LIBRAS. Atualmente Eduardo utiliza a LIBRAS para comunicar-se com a sociedade, além da língua portuguesa como segunda língua.

É importante salientar que Eduardo no seio familiar ainda utiliza gestos, mímicas e sinais criados por sua mãe no decorrer de sua vida (educação familiar). Eduardo ensina alguns sinais da LIBRAS à sua mãe, já que a mesma não sabe comunicar-se através dela. Sendo assim, Eduardo utiliza o sistema de comunicação LIBRAS na comunicação expressiva e/ou receptiva. Dessa maneira constata-se que os educandos utilizam diferentes sistemas de comunicação considerando suas habilidades e necessidades.

### **Processo de ensino-aprendizagem**

Em relação ao processo de aprendizado/ desenvolvimento do aluno André, constata-se que ocorre de forma mais lenta, pois o educando além da deficiência surdocegueira tem outros comprometimentos, que acabam interferindo nos aspectos da sua comunicação, mobilidade, interação. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação, 1994, “é a associação no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias [...] com comprometimento que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa”. (BRASIL, 1994 apud MAIA, 2010, p. 19).

No aspecto do desenvolvimento social a diretora da escola relata que o aluno não interage com os demais colegas, como evidencia sua fala: “André eu não vejo não viu, nenhuma”. A falta de comunicação, interação do aluno para com seus colegas pode esta relacionada à questão do isolamento que um grande contingente de crianças, jovens e adultos surdocegos vivenciam, a ruptura desse isolamento demanda tempo e esforço das partes, outro aspecto que pode esta interferindo no processo de interação é o próprio sistema de comunicação, visto que o alunado não domina o sistema do aluno André. De acordo com MAIA (2010):

Comunicação é interação, é a troca de informações. Requer um transmissor e um receptor. E, para que a troca ocorra é necessária à comunicação. Para que

a comunicação ocorra é necessário um meio, seja através da fala, gestos naturais, expressão facial e corporal, sinais da Língua de Sinais, etc. para que a mensagem seja passada, interpretada e compreendida pelo outro. (MAIA, 2010, p. 38).

O processo de ensino-aprendizagem do educando Eduardo, é considerado comprometido tanto pela intérprete quanto pela professorada disciplina Língua Portuguesa, devido a alguns aspectos, dentre eles: o processo de alfabetização, pois o aluno não foi alfabetizado nem na Língua Portuguesa nem na Língua de Sinais, o que acaba refletindo em seu aprendizado. Nota-se que os posicionamentos das profissionais citadas anteriormente são congruentes, também quando expõem que uma das maiores dificuldades enfrentadas por Eduardo é a falta de conhecimentos prévios. A professora de língua portuguesa relata que nas series iniciais do fundamental I e II, não aconteceu acomodação dos conteúdos trabalhados. A docente relata que com a entrada da intérprete no espaço educacional houve uma significativa melhora em relação ao desenvolvimento do educando, pois facilitou o trabalho dos professores.

### **E aí, cadê a sala de recurso multifuncional**

A sala de recurso multifuncional é muito importante para uma escola que busca tornar-se inclusiva, esse espaço tem como objetivo desenvolver mais as potencialidades e habilidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Entretanto, uma significativa parcela das nossas escolas públicas não dispõe dessas salas, muitas recebem os aparelhos fornecidos pelo ministério da Educação- MEC, porém não contam com espaço físico para implantação ou profissional qualificado.

De acordo com as informações fornecidas pela coordenação de Educação Especial da Secretária de Educação da Bahia, foram instaladas 474 salas de recursos multifuncionais, porém temos apenas 45 funcionando em todo o Estado da Bahia, sendo que 26 salas estão localizadas na capital e 19 em todo o interior. Conforme essas informações pode-se constatar que o Estado da Bahia necessita instalar e fazer funcionar mais salas para assegurar o direito dos alunos, nota-se que de 474 salas instaladas temos 429 fechadas, principalmente por falta de profissionais qualificados para atuarem nesses espaços. Dentro desse quantitativo encontra-se a escola de Eduardo, pois devido à falta de espaço físico os equipamentos fornecidos estão lacrados e aguardando serem devolvidos ao MEC. Como pontua a vice-diretora: “mas não temos espaço físico, tem que ter toda uma estrutura para aquela sala ali, e muitas vezes a Secretária de Educação da Bahia, não disponibiliza, só disponibiliza no papel, que nem convém eu esta aqui expondo, sou vice-diretora.”

Sendo assim, percebe-se que os alunos com deficiência especificamente do Estado da Bahia, enfrentam a falta de cumprimento de seus direitos, já que os documentos legais asseguram o acesso à sala de recurso multifuncional na escola na qual estuda ou em uma unidade escolar localizada em seu entorno. Mas, diante desses números nos questionamos: será que temos salas multifuncionais para atender a toda clientela de alunos com necessidades educacionais especiais? Evidente que não dispomos desses espaços e de profissionais e essa realidade é vivenciada pelo aluno Eduardo, que não tem acesso a sala de recursos nem em sua escola e nem foi encaminhado a outra no contraturno, ou seja, a instituição não cumpriu o seu papel de encaminhá-lo.

Contrapondo essa realidade da escola de Eduardo, a unidade escolar de Alagoinhas compõe o conjunto de escolas que tem salas multifuncionais em pleno funcionamento, entretanto sua mãe do aluno André pontua que o atendimento na sala multifuncional foi suspenso. Porém, a gestão da escola informa que o ele esta sendo atendido no Cap, porque lá tem mais recursos. Diante dessas narrativas percebemos uma incongruência nos discursos entre a mãe e gestora, porém é importante pontuar que a mãe não tem motivos para omitir informações em relação ao atendimento especializado de seu filho.

### **Conclusões**

Por meio dos resultados expostos acima constatamos que os dois alunos surdocegos, vivenciam o que os estudiosos denominam de inclusão/ exclusão, já que estão dentro do espaço educacional, porém não têm acesso as condições necessárias para que seu desenvolvimento pleno aconteça. Constatamos que as instituições educacionais não podem recusar a matrículas de alunos com deficiência, pois atualmente temos a lei da obrigatoriedade da matrícula, entretanto não adianta os sistemas educacionais, os órgãos centrais criarem leis, decretos, documentos que asseguram a inclusão no aspecto físico do aluno com deficiência, mas não dão condições para sua permanência e desenvolvimento. O que ainda existem são ambientes educativos repletos de barreiras tanto nas dimensões arquitetônicas, metodológicas, profissionais, comunicacionais e atitudinais.

É importante que os alunos com deficiência estejam dentro das escolas nas salas comuns, mas que esses ambientes estejam preparados para recebê-los, do contrário estaremos construindo uma falsa escola inclusiva, que na verdade esta privando o educando de seus direitos, de interagir, viver de maneira autônoma e ter acesso aos bens e serviços que nossa sociedade dispõe.

No que concerne aos profissionais é sabido que os docentes que estão atuando, em sua grande maioria não tiveram uma formação amparada nas políticas inclusivas, pois esse

movimento de transformação de estereótipos, de quebras de preconceitos e de espaços que reforçam a segregação é algo recente em nossa sociedade. Porém, os sistemas educativos têm conhecimento, informações acerca dessa realidade, logo devem pensar formações, cursos de qualificações que possam agregar a esses educadores conhecimentos e informações que resultem em novas práticas pedagógicas, que não excluam e/ ou segreguem os educandos.

Cabe salientar que para essa mudança de fato ocorra devem acontecer modificações em todo sistema educacional, desde o topo da pirâmide até a base, repensando não particularmente a inclusão de pessoas com deficiência, mas uma organização que atenda a todo e qualquer sujeito na sua diversidade e individualidade, somente assim os alunos com deficiência, terão acesso a uma escola regular que trabalhe realmente a fim de ofertar uma educação de qualidade a todos como asseguram as leis.

### Referências

- AHISMA- Associação Educacional para múltipla deficiência. Disponível em: <[http://www.ahimsa.org.br/centro\\_de\\_recursos/projeto\\_horizonte/CURRICULO\\_FUNCIONAL.pdf](http://www.ahimsa.org.br/centro_de_recursos/projeto_horizonte/CURRICULO_FUNCIONAL.pdf)>. Acesso em: 18. maio. 2014.
- BRASIL. Lei nº9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. —5. ed.—Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem deficiência múltipla**. Brasília MEC, SEESP, 2004.
- BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.
- CADER-NASCIMENTO, Fátima A. A Addel; COSTA, Maria da Piedade R. da. **Descobrimo a surdocegueira: educação e comunicação**. São Carlos: EdUFScar, 2010.
- DORADO, Myriam Garcia. Sistemas de comunicación de personas sordociegas. In :**La sordoceguera. Um análisis multidisciplinar**. 1 ed. Madrid, 2004. Disponível em:<<http://educacion.once.es/appdocumentos/educa/prod/Sordoceguera%20analisis%20multidisciplinar.pdf>> . Acesso em: 24. mar.2014.
- MAIA, Shirley Rodrigues. Processos de ensinar e aprender em alunos com surdocegueira. In: **Ensaio pedagógicos – construindo escolas inclusivas**: 1 ed. Brasília, MEC, SEESP, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Surdocegueira e deficiência Múltipla Sensorial: sugestões de recursos acessíveis e estratégias de ensino**. São Paulo, 2010.
- RABÊLLO, Roberto Sanches. A Formação continuada do professor de artes na perspectiva de uma educação inclusiva. In: **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Entrevista especial á Revista Integração. Ministério da Educação e Desportos**. Brasília: Secretária de Educação Especial, v.8, n.20, p-09-17, 1988.